

FRONTEIRAS E IDENTIDADES SOCIAIS EM ÁFRICA

FRANZ-WILHELM HEIMER¹

Centro de Estudos Africanos – ISCTE

Quando, no início dos anos 60, a Organização da Unidade Africana optou pela manutenção das fronteiras territoriais resultantes de meio século de ocupação colonial, a problematização e mesmo a análise crítica destas fronteiras passou a ser “politicamente incorrecta”. Este tabu esteve intimamente ligado a dois outros que revestiram a forma de imperativos inquestionáveis. Um, o do “desenvolvimento”, cuja natureza ideológica será hoje desnecessário demonstrar. O outro, o da “construção nacional” que, reconhecendo o facto de, na quase totalidade das colónias tornadas países legalmente independentes, a configuração dos tecidos sociais não permitir falar em “nações”, e aceitando o modelo importado do Estado-nação como o único válido, postulava o recurso urgente a todas as técnicas da engenharia social para produzir, a breve trecho, formações sociais integradas, e dotadas da correspondente identidade social “nacional”. Sendo que, pelo caminho, começou a dominar a tendência para discursos de “faz de conta”: era como se a via mestre para a criação de nações africanas consistisse em pretender que já existiam, rejeitando todo o questionamento como insulto à “dignidade nacional”. Não é de estranhar que esta constelação estrangulasse durante uma geração não apenas a discussão política das fronteiras, como também a sua análise em termos de ciências sociais.

Quatro décadas depois do início das independências, a situação começa a evoluir. Embora continue a dominar muitos discursos, o termo “desenvolvimento” soa cada vez mais oco. E embora na maior parte dos países a integração dos tecidos sociais – noutra linguagem: a constituição de formações sociais territoriais – tenha feito progressos, são cada vez mais numerosos os cientistas sociais, africanos e não africanos, que dão por fracassadas as experiências com o modelo do Estado-nação, feitas nas condições vigentes nas décadas imediatamente posteriores ao fim da ocupa-

¹ Versão revista de uma comunicação apresentada no seminário internacional sobre “Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades em África”, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto na Faculdade de Letras da mesma Universidade, 4 e 5 de Maio de 2001. A primeira parte foi originalmente escrito, a título de uma coluna de opinião, para a revista *África Debate*, onde aparecerá no nº. 3/2001. A segunda parte retoma aspectos entretanto desenvolvidos na conferência sobre “Reflexões sobre a construção de uma sociologia das sociedades africanas”, feita na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, em Outubro de 2001.

ção colonial. Constituiu-se assim, lentamente, um contexto em que parece lícito ter a expectativa de se darem, pouco a pouco, as condições para um debate sem tabus sobre a manutenção ou não das fronteiras herdadas do tempo colonial – por outras palavras, sobre o princípio de que as unidades administrativas criadas pelas metrópoles coloniais devem, ou não, ser mantidas tais quais, sob a forma de países independentes, e sobre a eventual conveniência em introduzir aqui alterações maiores ou menores, pontuais ou generalizadas.

Este debate, ainda recente e bastante tímido, é à partida salutar. É sempre negativo quando há “proibições de pensar”, e é positivo quando tais proibições desaparecem. Um problema que, no entanto, se coloca é o de surgirem, já nesta fase, tentativas de instrumentalização política deste debate. Tais veleidades têm vindo a manifestar-se, nos últimos anos, nos debates internos da OUA, e estiveram claramente presentes no processo, promovido pela Líbia, de lançamento de uma União Africana. Elas estão manifestas quando se colocam hipóteses concretas de desmembramento de países constituídos a partir das unidades territoriais existentes no fim da era colonial – indo os exemplos da Eritreia até Cabinda -, mas também quando se agendam projectos de descentralização de actuais Estados-nação, em moldes federais ou confederais.

Não se trata aqui de emitir juízos de valor, positivos ou negativos, sobre estes fenómenos. Na perspectiva de quem faz do estudo das realidades africanas o seu ofício, em termos de ciências sociais, eles afiguram-se perfeitamente naturais – e seria até motivo para perplexidades se não aparecessem. Não se deve, porém, aceitar que as balizas para a problematização e análise dos problemas multifacetados, ligados à questão das fronteiras africanas, sejam estabelecidas/impostas a partir dos interesses de determinados actores sociais e políticos. E de modo algum, o cientista social – africano ou não – que se debruça sobre a temática, deve aceitar a camisa de força de preocupações do tipo engenharia social.

Face à uma conjuntura que, doravante, torna mais fácil abordar a questão das fronteiras, a vocação das ciências sociais será a de, com o necessário recuo, dedicar-se ao trabalho por vezes espinhoso de pôr a descoberto as complexas ramificações da questão, e as enormes diferenças, entre países e não raras vezes no interior de um e mesmo país, que existem neste momento, quase meio século depois do início da “descolonização”. Os debates políticos vão, obviamente, continuar, mas mau seria se não houvesse quem lhes fornecesse uma sólida base de conhecimento e de análise.

Uma das dimensões mais importantes sobre a qual será necessário reflectir neste contexto é a das identidades sociais, até à data tão mal investigadas e tão inadequadamente discutidas no caso da África Subsaariana.

Um problema básico desta discussão consiste num desfasamento que exige toda a atenção da parte de quem, nas ciências sociais, procura contribuir para a consolidação e o aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre África. Este desfasamento consiste em que, liderados pela psicologia social cognitiva, os sectores “de ponta” das ciências sociais já deixaram para atrás, na Europa, América do Norte e América Latina, as imprecisões e ambiguidades de que tradicionalmente se revestiu o uso do

termo “identidade”², mas que este processo apenas recentemente começa a manifestar-se no âmbito dos estudos africanos – continuando a haver numerosos exemplos de estudos onde o conceito de identidade nem sequer é definido³, e outros que parecem desconhecer até as vertentes fundamentais deste conceito⁴.

Ora, é justamente face a estas indefinições e inadequações, mas também face aos fundamentalismos (por definição a-científicos) que se registam no debate das “nações” e das “etnias” em África, que parece da maior urgência os estudos africanos em ciências sociais recorrerem, neste domínio, a instrumentos analíticos solidamente assentos em teoria empírica. Significa isto que as “identidades sociais” terão que ser compreendidas como uma entre muitas manifestações do “pensamento social” (“*social thinking*”), ou seja, do modo como as pessoas se pensam a si próprias, e a sociedade em que vivem, sendo nisto profundamente condicionadas pelo próprio contexto social. Mais especificamente, “identidades sociais” existirão sempre que as pessoas se considerarem como pertencentes a um dado grupo social – importando sublinhar que estes grupos são categorias de classificação inteiramente “subjectivas”; embora frequentemente de algum modo referidas a fenómenos “objectivos”. Tais como as representações sociais, não serão nunca “dados”, mas sim construídas. Co-existirá sempre um número maior ou menor de identidades sociais, muitas vezes a reforçarem-se mutuamente, e todas elas encontrar-se-ão em processos permanentes de mutação, em relação tanto ao seu conteúdo quanto à sua saliência (ou importância relativa).

A quem terá tendência a considerar que fenómenos “subjectivos” são de somenos importância e interesse, convirá lembrar a importância enorme que as identidades sociais possuem como condicionantes das práticas – tanto mais eficazes como se prestam a todo o tipo de manipulações. Para efeitos de ilustração bastará referir os conflitos onde intervêm identidades religiosas (cristãs na Irlanda do Norte, islâmicas em torno do actual problema terrorista mundial), identidades étnicas (da antiga Jugoslávia até à Indonésia) ou identidades nacionais (da Estónia ao Equador).

No contexto do debate em torno das fronteiras em África, o problema fulcral que se coloca, a nível das identidades sociais, e o de saber quais são neste momento, um escasso século depois da definição dos actuais territórios, a força, a consistência e o significado das identidades sociais referidas a estes territórios, portanto as identidades sociais hoje geralmente apelidadas de “nacionais”. Uma questão central neste debate é, com efeito, se houve, ou não – melhor: até que ponto houve, país por país

² Ver a título de exemplo: Lúcia Amâncio, “Identidade social e relações intergrupais”, in: J. Vala & M.B. Monteiro (orgs.), *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 287-307; Jean-Claude Deschamps & Thierry Devois, “Regarding the relationship between social identity and personal identity”, in: S. Worchel et alii (orgs.), *Social Identity: International Perspectives*, Londres etc.: Sage Publications, 1998, pp. 1-12.

³ Um exemplo acabado de como o termo “identidade”, utilizado sem preocupação teórica, prejudica a compreensão das realidades africanas, é R. Werbner & T. Ranger (orgs.), *Postcolonial Identities in Africa*, Londres & New Jersey: Zed Press, 1998

⁴ Ver Augusto Santos Silva, “Identidades sociais: Continuidade e mudança”, in: *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares: Actas das sessões plenárias do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro*, vol. I, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 25-29

– uma dinâmica de integração dos tecidos sociais, abrangidos pelo respectivo território, que tenha tido impactos não apenas a nível da estrutura das práticas dos actores sociais, dos seus padrões de interacção, mas que tenha também redundado no surgimento de uma identidade social abrangente.

É evidente que as respostas a esta pergunta implicarão sempre um exame em profundidade do estado em que se encontram hoje as identidades sociais “concorrentes” – essencialmente as étnicas, religiosas, regionais e raciais. E não carecendo de qualquer ênfase a necessidade de conhecer bem o “pensamento social” das populações africanas a este respeito, para se poder encetar um debate acerca de eventuais ajustamentos do actual traçado das fronteiras.

Ora, a contrastar com esta necessidade, somos forçados a constatar uma constrangedora escassez de investigações que, de ponto de vista teórico e metodológico, podem ser consideradas como plenamente adequadas. Num terreno que se pode descrever como minado por ideias preconcebidas, estereótipos que nunca corresponderam a realidades, instrumentalizações assumidas ou inconscientes, e emocionalidades exacerbadas, a ciências sociais não oferecem, até à data, mais do que um certo número de hipóteses para uma investigação que urge empreender.

São duas as hipóteses centrais que os elementos disponíveis permitem destacar. A primeira, que a situação neste terreno é tudo menos uniforme, caracterizando-se ao contrário por uma extrema diversidade. A segunda, que a este nível como ao das práticas, se observam em toda parte transformações rápidas e incisivas⁵.

Alguns poucos exemplos servirão para ilustrar o significado e a pertinência de ambas as hipóteses.

No *Ruanda* como no *Burundi*, os mais de trinta anos decorridos sobre as independências caracterizam-se por conflitos onde sobressaem clivagens definidas (e vividas) em termos de identidades sociais étnicas. Ora, a saliência destas identidades sociais parece hoje bastante maior do que no momento da descolonização, “escondendo” numerosas outras clivagens, identitárias ou outras. Ao mesmo tempo, as identidades sociais “nacionais” são fortes e incontestadas, nos dois países, o que parece dever-se ao facto de o recorte colonial dos territórios ter respeitado, *grosso modo*, as delimitações geográficas das unidades políticas (“reinos”) existentes no momento da ocupação pelos europeus.

No *Tchad*, que também se notabilizou nas últimas décadas por duros conflitos armados, clivagens identitárias simultaneamente étnicas e religiosas são de tal modo salientes que a dúvida é a de saber até que ponto existe uma identidade “nacional” abrangente.

Tanto na *Costa de Marfim* como no *Gabão*, a competição pelos recursos materiais sempre escassos conduziu a privilégios maciços para os detentores do estatuto de

⁵ Para as transformações a nível das práticas, veja, entre outros, os escritos do sociólogo africano Achille Mbembe, p.ex. “Recompositions sociales en Afrique contemporaine”, comunicação apresentada ao colóquio internacional “A África na viragem do século”, organizado pelo Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa 2000.

cidadão nacional, o que em menos de dois decénios conduziu a uma enorme saliência da identidade social “nacional”, face aos numerosos imigrantes oriundos dos países vizinhos, e a uma saliência relativamente menor das identidades sociais étnicas.

O fim do *apartheid* na *África do Sul* assinalou um surto grande da identidade social “nacional”, mas de modo algum o desaparecimento (ou mesmo uma menor saliência) das identidades sociais raciais, étnicas e regionais.

Tanto no *Lesoto* como no *Botswana*, também eles unidades políticas existentes no momento da ocupação colonial, mas dotados de uma grande homogeneidade étnica, a saliência da identidade social “nacional” afigura-se de tal modo dominante que não existe, na verdade, uma concorrência com outras identidades sociais.

Do antigo Zaire, re-baptizado *República Democrática do Congo*, sabemos que, neste momento, se encontra afundado em conflitos onde todo o tipo de identidade social – nacional, étnica, regional – é instrumentalizado por interesses internos e externos, sem que exista uma base minimamente fiável quanto à força e configuração que efectivamente têm no pensamento social das populações.

Em *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*, mas também no *Madagascar*, a condição de ilhas parece ter favorecido a formação de uma forte identidade social abrangente – a qual no último caso não exclui, no entanto, certas clivagens étnicas ou regionais.

Em *Angola* verifica-se, aparentemente, uma dinâmica contraditória, tributária da concorrência entre movimentos anti-coloniais mais tarde tornados partidos políticos (armados, no caso dos dois principais protagonistas): se, por um lado, parece hoje constituída, em todo o território – com a provável excepção de Cabinda –, uma identidade “nacional” de saliência variável, as identidades étnicas apresentam-se hoje como mais “aguçadas” do que no fim da era colonial.

Em *Moçambique* a constituição, na fase imediatamente posterior ao acesso à independência, foi seguida por um considerável reforço das identidades étnicas, mas também das religiosas e regionais, tendo a este respeito a guerra pós-colonial tido o duplo papel de causa e efeito.

Na *Guiné-Bissau*, onde a luta de libertação esteve na raiz de uma das mais nítidas identidades sociais “nacionais”, a experiência pós-colonial mostra que as identidades étnicas, regionais e religiosas nada perderam da sua força, continuando ao contrário a ser constitutivas da luta pelo poder, e da concorrência por bens escassos.

Esta breve listagem permite visualizar melhor os contornos da problemática aqui abordada, e a sua importância fundamental para o debate sobre as fronteiras em África. Para além da diversidade e flutuação das situações, os exemplos referidos sublinham a necessidade de os cientistas sociais produzirem saberes mais amplos, aprofundados e diferenciados sobre a matéria, para limitar as possibilidades de instrumentalização/manipulação, política e outra, e para fornecer uma base melhor para a procura de soluções. E isto, cruzando sempre que possível o “olhar de dentro” dos cientistas sociais africanos com o “olhar de fora” de quem examina as realidades sociais do continente africano a partir de outras inserções sociais.

